

Rabello de Castro prevê “esforço fiscal” maior

Fábio Alves
de São Paulo

A meta do governo, de limitar os gastos com o serviço da dívida pública em 7,3% do Produto Interno Bruto em 1999, será de difícil execução, e pode exigir esforço fiscal adicional. Economistas presentes ao seminário “Securitização de Ativos na América Latina, realizado ontem em São Paulo, foram unâni- mes em classificar como “muito otimistas” as metas da carta de intenção com o Fundo Monetário Internacional.

“O governo vai precisar de um esforço adicional de 1,8% a 2% do PIB além do superávit primário de 2,6% para fechar as contas”, disse o presidente da agência de classificação de risco SR Rating/Duff & Phelps, Paulo Rabello de Castro. Ele projeta, de forma conservadora, gastos de R\$ 82 bilhões, com o serviço da dívida em 1999. Isso levando em conta um PIB de R\$ 900 bilhões, juros de 22% e uma dívida líquida em dezembro (como ponto de partida) de R\$ 375 bilhões. Os R\$ 82 bilhões equivalem a 9% do PIB e não 7,3%, como pretende o governo.

“Os gastos com juros no próximo ano vão exigir um superávit primário maior se o governo quiser atingir a meta de 4,7% do PIB para o déficit nominal”, disse o economista. Para ele, um esforço fiscal primário inferior a 4% não parece suficiente para que o governo feche suas contas.

Já o professor Afonso Celso Pas- tore, ex-presidente do Banco Cen-

tral, lembrou que, no passado, o go- verno conseguia se financiar por meio do “imposto inflacionário” — com a emissão de moeda — e que chegou a representar 3% do PIB. Pastore ressaltou que as receitas de privatização e o ritmo de queda dos juros serão fatores fundamentais para o cumprimento das metas do governo. Ele estima que R\$ 19 bi- lhões a R\$ 23 bilhões sejam o vo- lume necessário a ser gerado pelas privatizações no próximo ano. Em sua opinião, o cenário para 1999 é de fluxo de capitais relativamente estável, reservas internacionais ten- dendo ao crescimento (principal- mente com a liberação dos recursos do pacote de ajuda internacional) e, provavelmente, os preços dos ati- vos no mercado internacional vão refletir uma redução do risco. “Em- bora isto não elimine o fato de que a economia brasileira entrará em uma recessão relativamente profun- da”, disse.

Nos cálculos de Celso Martone, da MCM Consultores Associados, o PIB deverá cair de 2% a 3%, com uma maior retração no primeiro se- mestre. “Na primeira metade do ano, poderemos registrar uma que- da do PIB do 4% a 5%”, prevê. Para ele, a ajuda financeira internacional afasta o perigo de um ataque à moe- da no curto prazo, mas, no próximo ano, voltará com mais força o de- bate sobre o câmbio no País. “Sem uma definição mais permanente do regime cambial e sem uma desva- lorização, a perspectiva de cresci- mento da economia nos próximos anos é problemática”, afirmou.